

Déficit nominal ou superávit primário?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Nota no Mastodonte e no Twitter, 5.6.2024

Um dos melhores economistas que estudam a conjuntura econômica brasileira, senão o melhor, é Luiz Schymura, o diretor do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas. Seu último artigo no Valor (4 de junho) tem como título “Com o déficit nominal nas alturas, conta nenhuma fecha”.

De fato, com um déficit nominal de 9,41% do PIB nos últimos doze meses, não há como equilibrar a conta fiscal brasileira. Mas ‘déficit nominal’? Que fantasma é esse? Um fantasma que os bem-comportados economistas brasileiros condenaram há muito ao ostracismo.

Aqui no Brasil, eles só falam de ‘superávit primário’, como se fosse esse o indicador da saúde fiscal. ‘Porque um superávit primário de 1,5% do PIB estabiliza a trajetória da dívida pública brasileira’, afirmam solenemente.

O déficit nominal é, porém, aquele que realmente importa. Indica o tamanho do desequilíbrio fiscal. E mostra quanto o Estado brasileiro paga de juros—algo que o Banco Central e todos os economistas bem-comportados querem esconder.

O déficit nominal indica quanto a dívida pública está aumentando a cada ano. Mais importante, porém, mostra, ao invés de esconder, o quanto pesam as taxas de juros que o Banco Central, com apoio do sistema financeiro, impõe ao país.

Mas não é só isso. Os aproximadamente 7% do PIB que o Estado paga a seus inocentes credores do mercado financeiro (os grandes rentistas) reduzem os ‘gastos discricionários’ do governo—o quanto o governo pode gastar depois de pagas todas as despesas obrigatórias.

Schymura cita outro economista, Manoel Pires, também do IBRE, que faz alguns cálculos. Para atingir o superávit primário previsto de 0% em 2025, o governo disporá de apenas 1,40% do PIB. Dessa maneira, o país fica quase ingovernável.

Mas para atingir um superávit primário de 0,5%, o gasto discricionário cairá para 0,86% do PIB. “É difícil imaginar que seja possível tocar a máquina pública com uma redução de cerca de 40% na despesa discricionária”, nos diz Schymura.

O que fazer? Só há uma solução racional: reduzir a taxa de juros real para um terço do que é isto. Mas a inflação explodirá, dirão nossos inefáveis economistas. Não é verdade! Por que, para controlar a inflação, precisamos de uma taxa real de juros três vezes maior do que a dos países ricos?

A alternativa não seria cortar as despesas com a educação? Ou com a saúde? Talvez essa seja uma boa ideia. Os pobres que paguem. O importante é garantir os rendimentos dos rentistas e as comissões dos financistas—afinal, gente de bem.

Se você não tiver a assinatura do Valor, pode ler o artigo de Schymura no meu website: www.bresserpereira.org.br.